



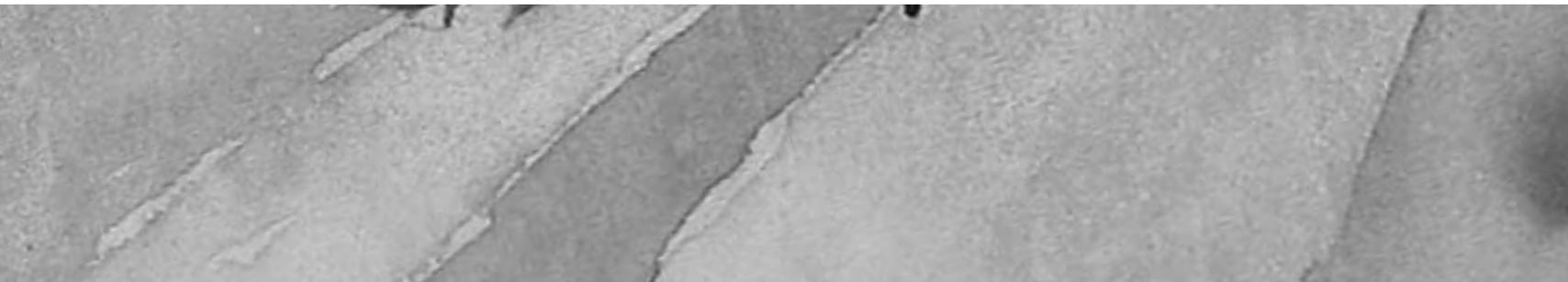
GOIÂNIA: A CAPITAL DO SERTÃO

Nasr Fayad Chaul¹

Goiânia, aos 75 anos, é um pedaço de modernidade cravado no sertão de Goiás. Capim em meio ao concreto, crescendo desordenadamente por entre bairros e vilas, luz neon em contraste com o entardecer do interior de Goiás, essa capital planejada se mistura com a própria história dos anos 30 da História de Goiás. É sobre esse processo de construções e reconstruções de cidade e história que pretendemos nos debruçar nesse trabalho. Goiânia nasceu para ser capital, nasceu sem infância histórica, sem adolescência interior, madura demais para tão pouco tempo de criação.

Resultado de idéias antigas, percorridas pelas vozes dos séculos XVIII e XIX, Goiânia foi surgindo no compasso dos anos 30, na necessidade de projeção política de Pedro Ludovico Teixeira, por entre os embates políticos contrários à mudança da capital, conduzindo seus passos por entre a carência de verbas e a necessidade de investimentos. Assim, este símbolo maior da Marcha para Oeste, possibilitou o avanço capitalista para o interior do país, consolidando os planos político-econômicos de Vargas e Pedro Ludovico, legando-nos uma herança de agrário e urbano que permeia todo o processo sócio-cultural da capital e fundamentou a criação de símbolos capazes de traduzir sua heterogeneidade, capazes de construir, juntamente com a nova capital, a representação de sua face mais dinâmica, de sua existência mais justificada: a modernidade, tão discutida nos embates acadêmicos, mas que só viria de fato nos ventos do Cerrado por sobre a capital federal, Brasília.

I. Professor da Faculdade de História da UFG



Sobre a construção de Goiânia muito já se falou, mas nem tudo o que foi dito expressa seu contexto em forma de história. Filha dos anos 30, mas pensada numa lenta gestação de ideias dos séculos XVIII e XIX, a proposta de mudança da capital do Estado de Goiás foi retomada por Pedro Ludovico, interventor estadual em 1930, no início da década, como esperança de progresso e estratégia de sobrevivência política. Uma estratégia política que renderia juros políticos regionais e dividendos nacionais.

Transcorria o ano de 1932. A *Informação Goyana* trazia a seguinte nota em suas páginas vivas de otimismo:

O assunto mais palpitante neste momento em todo o Estado é o da mudança da sua capital, projectada pelo interventor Pedro Ludovico para outro local. No interior do Estado reina um verdadeiro entusiasmo pela idéia, sendo que a maioria é pela transferência da séde do governo. Na Capital, entretanto, dous terços são a favor, sendo a maioria contrária composta de grandes proprietários.

Pode-se observar, no entanto, que, no plano regional, o que andava nas cabeças e nas bocas era a disputa, entre os próprios revolucionários, pelo controle político do Estado. E uma antiga ideia, a mudança da capital, trazida dos séculos XVIII e XIX, ressurgia por meio da habilidade política do interventor, no momento em que viu ruir seu plano de controlar a política regional, com o plano de saneamento e higienização, em razão da falta de apoio financeiro do governo federal. Tal estratégia de poder tomaria conta da política goiana praticamente por toda a década de 1930 e estaria na ordem do dia do Estado, fosse no desejo silente do interior de Goiás, fosse no caldeirão efervescente da política da cidade de Goiás, ainda capital.

Em 4 de julho de 1932, na cidade de Bonfim (atual Silvânia), Pedro Ludovico fez a primeira declaração pública sobre a mudança da capital, levando a população local a envidar esforços no sentido de situar, na referida cidade, a futura capital. Se Pedro Ludovico precisava de um termômetro para medir as aspirações das cidades do interior goiano, quanto à mudança da capital, talvez o congresso de Bonfim tenha lhe dado mais do que apoio, oferecendo-lhe condições de acirrar os ânimos das regiões interessadas na mudança e de ocupar as páginas do dia na política regional. O apoio do sul e do sudoeste afluou com a mesma rapidez dos anseios de mudanças na política econômica do Estado.

Dividindo com o levante constitucionalista paulista de 1932 as atenções políticas da época, a mudança da capital passou a ganhar cada vez mais espaço, à medida que os descontentamentos paulistas foram sendo resolvidos pelas armas e barganhas políticas. Em viagem ao Rio de Janeiro, em fins de outubro de 1936, Pedro Ludovico tenta conseguir a aprovação e custeio do governo federal para a concretização da mudança da capital. À imprensa, o interventor, questionado sobre a pretensão de mudar a capital, disse: “Acho-me no Rio para resolver esse problema e tenho certeza que o meu Estado possuirá nova Capital... Todo o povo goiano tem confiança nesse empreendimento que é uma velha aspiração geral” (Relatório ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, D.D. Chefe do Governo Provisório, 1930-1933, p. 93). A prática de traduzir para o geral as aspirações individuais será uma constante ao longo do governo de Pedro Ludovico Teixeira.

Três de janeiro foi o dia escolhido pela comissão nomeada por Pedro Ludovico para a reunião que definiria os locais a serem estudados. Após discussões, pressões políticas de prefeitos e predileções individuais por deter-

minada cidade, a comissão definiu-se por um local de água abundante, bom clima, topografia adequada e próxima à estrada de ferro. Tratava-se de Campinas e a escolha do local foi corroborada por um técnico de gabarito, com formação no exterior, Armando Augusto de Godói. Hoje, ao lado de Atilio Correa Lima, tem sido estudado a fundo por obras importantes como *Identidade art déco de Goiânia*, de Wolney Unes, *Goiânia, uma concepção urbana moderna e contemporânea*, de Celina Fernandes Almeida Manso, e *Goiânia, uma utopia européia no Brasil*, de Tânia Daher. Estudos que aprofundam o olhar por sobre Goiânia à luz do olhar da Arquitetura, do Urbanismo e da Política, ou ainda o trabalho sociológico de Genilda d’Arc.

Após as eleições para a Constituinte terem confirmado a supremacia do Partido Social Republicano, duas questões voltavam à baila: a mudança da capital e a eleição para governador. Sem perder tempo, e fazendo com que a mudança da capital pesasse na balança eleitoral, Pedro Ludovico assina, em 18 de maio de 1933, o Decreto no 3.359, que estabelecia as bases para a edificação da nova capital. Prometia uma capital moderna, planejada, coerente com os novos tempos do Goiás que se anunciava.

O decreto levava para o povo da cidade de Goiás mais discussão do que crença em sua efetivação. Nesta cidade, a reação foi fulminante e tratou de expressar, por todos os meios, os interesses em preservar o título ameaçado de capital do Estado. Naquela altura dos acontecimentos, a maior parte dos habitantes da velha Goiás pensava tratar-se apenas de uma jogada política de Pedro Ludovico que não se efetivaria. Era, de fato, uma jogada, mas que se efetivaria.

Naquele momento da vida política nacional e estadual, mudar a capital significava erguer uma bandeira de

luta em torno de uma ideia, e não havia outra. A mudança da capital passava ao seu significado mais global: um símbolo de ascensão ao poder, uma representação do progresso, do moderno, um divisor de águas entre o velho e o novo Goiás. Assim, Pedro Ludovico resgatava as idéias de mudança da capital dos séculos XVIII e XIX e as utilizava para sua plataforma de ascensão política.

Pedro Ludovico Teixeira resumia seus ataques às deficiências e ao marasmo da cidade de Goiás. Os ataques à velha capital, porém, não atingiam apenas a cidade decadente, mas também o centro de poder dos grupos políticos depostos. Atacar Goiás era uma forma de atacar os Caiado; era uma maneira de atacar o núcleo de poder da Primeira República. Paralelamente, armava-se uma sintonia com os anseios econômicos dos grupos políticos do sul e do sudoeste do Estado.

Argumentava Pedro Ludovico Teixeira que dois outros Estados da Federação, Sergipe e Minas Gerais, tinham obtido sucesso total ao mudar suas capitais em 1855 e 1897, respectivamente. Era uma forma de demonstrar, também, o desejo e a necessidade do Estado de Goiás de se inserir no projeto nacional. Não podemos perder de vista que o processo eleitoral para a escolha do futuro governador do Estado se aproximava, e que Pedro Ludovico Teixeira procurava fazer com que a idéia de mudança da capital polarizasse as atenções e servisse de marco divisor para as forças políticas em luta.

Outro fator de peso, favorável aos ideais de Pedro Ludovico Teixeira, era a própria situação da cidade de Goiás, que não encontrava argumentos satisfatórios para se manter na qualidade de capital de um Estado em ascensão.

Para Pedro Ludovico Teixeira, a história contava a favor, pois os argumentos apresentados por Couto Magalhães (1863) e Rodolfo Gustavo da Paixão (1891) serviam para descrever a situação da velha capital no início dos anos 30, pelo menos ao olhar do senso comum.

Foi, portanto, o argumento do progresso que sustentou a mudança da capital. Justificava Pedro Ludovico Teixeira, em sua obra *Como e por que construí Goiânia*: “Como poderia dirigir e acionar o desenvolvimento do colossal território goiano, uma cidade como Goiás, isolada, trancada pela tradição e pelas próprias condições topográficas ao progresso.” Segundo o interventor, a marcha desenvolvimentista do Estado necessitava, assim, de uma “capital acessível, que irradiasse progresso e marchasse na vanguarda, coordenando a vida política e estimulando a econômica, ligada à maioria dos municípios por uma rede rodoviária planejada.” Goiânia simbolizaria o avesso do atraso e poderia retirar o Estado de sua atávica decadência.

As aspirações dos grupos políticos em ascensão, reunindo os anseios das camadas médias urbanas e dos proprietários rurais, embebidos nas promessas de desenvolvimento, encontraram na mudança da capital o símbolo do almejado progresso. Por isso, Goiânia seria o símbolo unificador dos grupos em ascensão, servindo, ao mesmo tempo, de plataforma política ao seu mentor contemporâneo. Significava, ainda, o processo de unificação do sul e do sudoeste de Goiás em torno do poder representado por Pedro Ludovico Teixeira. Torna-se, desse modo, aceitável a afirmação de que antes de ser uma capital para Goiás, Goiânia seria uma capital para o sul e o sudoeste do Estado.

A modernidade, sinônimo de progresso à época, era o manto que cobria a mudança da capital; com isso, Pedro Ludovico Teixeira não só estaria concretizando seu ideal político de se sustentar no poder, como também passaria a contar, cada vez mais, com o apoio de grupos políticos do sul e do sudoeste do Estado, representando seus interesses. De quebra, criaria um novo centro de poder político, distante dos grupos políticos depositos pelo movimento de 1930. Como lembra Ana Lúcia da Silva, em sua obra *A Revolução de 1930 em Goiás*: “A intervenção governamental para criar uma nova capital se justifica, pois uma nova visão do papel do Estado estava se gestando. Do Estado guardião da ordem, passava-se à idéia do Estado como propulsor do desenvolvimento, devendo para isto intervir na economia.”

Em suma, Goiânia foi edificada sob o prisma da modernidade, embora ligada à estrutura fundiária. Serviu de estratégia política para seu mentor, Pedro Ludovico, em uma época em que o governo era provisório e o governante, um interventor, indo ao encontro das eleições constituintes de 1933, que elegeriam os representantes governamentais e senatoriais em 34. A ideia de mudança da capital era uma bandeira eleitoral que ocultava a face real de seu intento: não se tratava apenas de deslocar os Caiado do centro de poder, Goiânia representava o veículo de condução político-burocrática capaz

de levar o Estado a uma maior inserção no mercado nacional, a uma dinamização do processo de acumulação capitalista nas fronteiras economicamente mais desenvolvidas do Estado.

Pedro Ludovico rotulava Goiás de centro “oligárquico, decadente e atrasado”. Goiânia seria seu inverso. Decadência e atraso eram, então, argumentos recuperados no momento para reforçar a necessidade do novo. O estigma da decadência, que permeou a Província de Goiás na época da pós-mineração, e do atraso, que simbolizava Goiás ao longo da Primeira República, foram retomados para reforçar a representação de sua antítese, ou seja, a modernidade expressa na construção de Goiânia. Ao contratar os estudos arquitetônicos para a edificação da nova capital uma recomendação: uma capital que fosse, em tudo, diferente da cidade de Goiás.

A construção de Goiânia seguia indiferente às ponderações das vozes contrárias à sua edificação. Cada parede erguida estava envolta em problemas de ordem financeira, que se avolumavam no decorrer do tempo de nascimento da nova capital. As necessidades políticas e econômicas do Estado eram, porém, mais imediatas do que a falta de verbas para os caminhos previamente traçados. Os recursos viriam dos lotes vendidos na área da construção de Goiânia e, resumidamente, dos cofres do governo federal, por meio de apólices e empréstimos.

A mão de obra básica teve de ser trazida do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Bahia, para constituir um contingente operário que não havia se formado no Estado ao longo de seu processo histórico. Os quase quatro mil anônimos, a outra face dos construtores de Goiânia, viviam em condições subumanas de vida, e os salários, quando pagos, transformavam-se em vales, que, por sua vez, viravam dívidas nas mãos dos agiotas, e acabavam como o lucro das cantinas dos exploradores.

Paralelamente aos trabalhos de construção da nova capital, a arena política também se edificava como arquitetura de votos e eleições, em seu compasso característico de conchavos e articulações. A política adentrava seu período de definições, enquanto os trabalhos para a

construção da nova capital seguiam o ritmo do planejamento inicial, cedendo, por vezes, lugar às questões eleitorais, no centro das preocupações dos goianos.

Goiânia já contava, em 1935, com alguns prédios erguidos e se afigurava, a cada dia, como uma realidade irreversível. Assim, à oposição restava a tentativa de obtenção de melhorias para a cidade de Goiás. Os oposicionistas reivindicavam que o governo empreendesse reformas na velha Goiás, de modo a dinamizar seu crescimento econômico. Para eles, no entanto, Goiás deveria ficar como sempre foi, o retrato do passado.

Em 20 de novembro de 1935, foram instalados o município e a comarca de Goiânia. Enquanto o governo empossava o novo prefeito, o desembargador Maurílio Fleury dava posse ao primeiro juiz de direito da nova ‘quase’ capital, Heitor de Moraes Fleury. Dando sequência aos seus propósitos, Pedro Ludovico transferiu, em caráter provisório, a sede do governo para Goiânia, sob a alegação de, com essa medida, poder acompanhar o andamento das obras, enfatizando tal ato com uma frase que retratava bem o espírito do criador diante da criatura: “Amo esta terra que é minha. Mas há um imperativo mais alto que é preciso obedecer.” O imperativo maior, por certo, era de natureza capitalista e visava a uma maior inserção de Goiás no mercado econômico nacional; o novo centro político deveria ser capaz de dinamizar a economia do sul e sudoeste de Goiás. Concretizava-se a estratégia política de Pedro Ludovico Teixeira para se afirmar no poder e dar ao Estado de Goiás uma dimensão de modernidade que apagasse da memória as imagens de decadência e atraso. Cumpriam-se, finalmente, mais uma etapa da Marcha para o Oeste, no processo de ocupação do Centro-Oeste do país. Goiânia representaria o trampolim para novos e arrojados projetos, como a Belém–Brasília e a construção de uma nova capital federal.

Quando os ânimos políticos pareciam mais calmos, Pedro Ludovico Teixeira solicitava, em abril de 1936, um afastamento à Assembleia para cuidar de problemas de saúde. O governador interino, Hermógenes Coelho, seguindo Pedro Ludovico Teixeira, também se afastou diante das complicadas finanças estaduais, assumindo o governo o deputado Taciano Gomes de Melo. Para complicar ainda mais a difícil fase de negociações da mudança definitiva da capital, o deputado Guilherme Xavier de Almeida apresentou um projeto político criando condições especiais para o funcionamento do poder judiciário em Goiânia. A oposição batia na tecla de que eram necessários pelo menos dois anos para construir os prédios que abrigariam o Poder Judiciário. Pedro Ludovico Teixeira, diante de tais fatos, retomou o controle político do Estado disposto a pôr um fim aos problemas que cercavam a transferência definitiva da capital.

Goiânia mesclava o urbano e o rural, expressava a modernidade e o progresso. Uma parcela da sociedade da época, que tinha voz na política local, escondia o fazendeiro por trás do profissional liberal. O médico, o advogado, o farmacêutico, o engenheiro, o bacharel etc., quase todos ligados à estrutura fundiária, procuravam, por si mesmos, ou por meio de seus representantes, uma mudança nos quadros da política estadual. Faziam crer que o ‘velho’ – os grupos políticos depostos – tinha cedido lugar a uma nova ordem, de novos homens, entre jalecos e leis, remédios e construções, que, assim, dirigiam o Estado orientados por uma nova mentalidade: mais progressista, mais moderna, mais dinâmica. Tratava-se de uma mentalidade urbana com os pés plantados em solo rural. Tal mesclagem (urbano rural) pode, até os dias atuais, ser notada nas várias facetas da cidade que se tornou Goiânia.

Destaca-se, nos anos 30, o crescente interesse do governo federal na ocupação capitalista da Amazônia. Dentro da chamada Marcha para o Oeste, Goiânia seria o símbolo desse Brasil grande, do novo, do progresso, que levaria o Estado de Goiás a sair do marasmo político-econômico, além de representar o novo tempo que se estruturava nos horizontes nacionais.

Assim, Goiânia representava, além de uma necessidade, uma esperança de contrapor ao ‘evento defeituoso’ que Goiás, a cidade, passou a simbolizar; Goiânia poderia vir a ser aquilo que não era, a utopia em seu enredo mais atual.

As capitais se erguem para o capital. São racionalizações administrativas e burocráticas do Estado que se impõem na lógica do capitalismo. São espaços que permitem organizar o jogo político, são palcos do aplauso dos oportunistas de

plantão, mas, também, perspectivas que se abrem rumo à modernidade. Arquitetonicamente falando, Goiânia foi o símbolo do moderno e do urbano em solo rural. Um teatro de *art déco* cravado no meio do Planalto Central. Um ruidoso berrante do Pantanal tocando no Olympia de Paris. Os homens do sertão demorariam a entender os estranhos ‘currais’ de concreto.

As palavras do redator da *Revista Oeste*, uma das maiores divulgadoras das idéias estadonovistas, são bastante claras:

Goiânia é como que a própria expressão, em termos urbanísticos do Brasil Novo, do Brasil que se redescobriu, do Brasil unificado num só corpo e num só espírito, do Brasil que coordenou todas as nossas forças, orientando as para fins altos e nobres, do Brasil que se ergue do berço esplêndido e começou, já, a cavalgada da glória. Goiânia é, assim, a espécie de cadinho, em que se cozem e purificam os nossos vários caracteres. Nela, mais que em outro ponto qualquer, se encontram os dois Brasis – o do litoral e o do sertão –, nela se está formando a célula do Brasil integral... para todo o Brasil, Goiânia adquire uma fisionomia inconfundível e a sua posição se delinea sob o ponto de vista nacional, verdadeiramente a conquista do Brasil pelo Brasil, isto é, a Marcha para o Oeste era um intuito inicial, um propósito básico. E Goiânia foi a manifestação prática desse movimento profundo de nacionalidade.

Goiânia pode assim ser encarada como a imaginação utópica da época. Perspectiva de uma nova vida, de um novo tempo, ideologicamente disseminado pela Revolução de 30. Esperança de dias melhores, de ruptura com o passado, de sonho a ser conquistado, enfim, de concretização de um projeto político. A velha Goiás representava o exemplo de como não devia ser uma capital. A Goiás Velha era vista como a antítese dos tempos, o buraco do sertão goiano, paciente em fase terminal. A velha Goiás estava velha demais para uma plástica eficiente. Suas rugas no espelho do tempo serviam de demonstração não valorativa.

Em suma, Goiânia pode ser considerada um fruto do Estado Novo, uma vez que a construção e, principalmente a transferência da capital dependeu basicamente do regime instaurado em 1930 e que culminou na ordem imposta por Vargas em 1937. Para o regime que se instaurava, o inverso era também verdadeiro: Goiânia era a representação maior do nacionalismo, do bandeirantismo, da sagacidade do brasileiro, termos cantados e decantados pelos ideólogos do estadonovismo.

Goiânia se prestava à formação de imagens de toda ordem. Era sempre representado pelo moderno devido a sua arquitetura arrojada, seu planejamento urbano, seu traçado contemporâneo. Um dos redatores da *Revista Oeste* afirmava que quando o jorro do Estado Nacional, precisando pôr fim aos verdadeiros princípios revolucionários, inundou o Brasil, foi por Goiânia que o sentimos, foi nessa célula foto-iônica da nossa sensibilidade goiana que o recebemos e fixamos; foi nessa antena de nossa mentalidade renovada que pudemos captar a onda de fé que fortaleceu nossa Pátria e precisou o rumo de seu destino. Sim. O Estado Nacional já existia no movimento de 30, como centelha a vibrar no âmago do ideal revolucionário. A jovem cidade veio desse mesmo ideal. Por isso, o Estado Nacional e Goiânia tão bem se entrelaçam em nosso culto cívico.

A inauguração oficial ocorreu em julho de 1942. A história dessa cidade moderna, capital plantada no interior, ao mesmo tempo campo e cidade, vem a ser um exemplo daquilo que Marco Polo ensinou a Kublai Kan nas *Cidades invisíveis*, de Italo Calvino: “de uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas”. Nesse sentido, Goiânia nos deu respostas históricas, através de sua estruturação e do processo histórico que envolveu sua construção e elevação a capital do Estado.

Couto Magalhães pensou noutro local, noutra capital, mas não pensou Goiânia, Rodolfo Gustavo da Paixão, queria mudar de Goiás a capital, mas não imaginou Goiânia. Pedro pensou Goiânia, articulou Goiânia, respirou esse ar de umidade baixa, semeou sonhos na solidão do cerrado. Pedro somou forças com quase quatro mil obreiros anônimos, com arquitetos, urbanistas e engenheiros que moldaram modernas construções no meio do quase nada, com a engenharia discreta dos Coimbra Bueno.



Capital das necessidades de desenvolvimento interno, trampolim para Brasília, glória do sul e sudoeste do Estado, marcha obrigatória da Marcha para Oeste, Goiânia não respondeu aos gritos alarmados dos antimudancistas em 1933/34. Pedro usava seu saber médico para tratar Goiás, a velha capital, não tratar para curar, mas para sepultar, filho que nega a própria terra em nome do novo. A velha capital, representação de nosso espelho imemorial de ouros coloniais, não resistiu aos apelos da ciência médica. Colocada na UTI do capitalismo de seu tempo estava condenada a perder seu posto de primeira dama de nosso passado administrativo. Goiânia não projetava gastos e sim calculava investimentos. Filha capitalista do sertão, modernidade no planalto central das ambições de desenvolvimento do Estado, era pouco ambiciosa em seu crescimento. Projetada para pouco mais de 50 mil habitantes não pensou em ter milhões de pessoas em sua volta, multiplicando casas, vilas, prédios e pressões urbanas.

Goiânia viva, country, countrypira, sertaneja, carnavalesca, nenhum rótulo é maior que sua dimensão histórica, permeada de heterogêneas faces de um mesmo rosto. Qualquer rótulo será mera expressão de um mero pedaço de seu todo, de suas mesclagens culturais, de suas simbioses geradoras de talentos de sua gente. Goiânia tem útero macunaímico, formação geral entre o urbano e o rural, *art déco*, berrante sampliado em múltiplos tons.

Goiânia já não cabe em si, nasceu para ser plural. GYN é apenas sua forma embriagada de preguiça interiorana. Goiânia veio para inserir definitivamente Goiás no cenário nacional, no projeto nacionalista da Era Vargas, a região na nação. Goiânia veio também para Pedro ter planos de voo político, engenharia medicinal, quando o Interventor sentiu seu saber médico insuficiente para sanear o Estado no começo dos anos 30. Goiânia veio para empurrar Goiás no rumo da modernidade, por isso é também filha dos anos 20, do desenvolvimento goiano da Primeira República, de trem-de-ferro e trem-bão demais da conta. É preciso não cortar o tempo da história com a faca afiada do desconhecimento. Por isso Goiânia é Ludovico, mas é também Caiado.

Goiânia é bonita e perigosa. Agora aos 75 anos, mais astuta, cada vez mais experiente, mesmo sem dar conta das rugas violentas que o tempo moldou a contragosto em sua face mais real e menos poética. A capital se porta com elegância e destaque na paisagem de eterna primavera de suas praças e jardins suspensos de outras babilônias. Senhora entre lindas mulheres, caminha na multiplicação de seus problemas, quase que indiferente às mudanças de suas ruas e trajetos, quase que ignorando seus passeiros políticos, quase sem notar a onda de cultura que transforma seu sertão em mar. Goiânia hoje é também e, sobretudo, a criatura que sobrevive aos criadores. ♪